

# ANTONIL OU AS LÁGRIMAS DA MERCADORIA

*Não me temo de Castela, temo-me desta canalha.*

(Vieira em carta ao padre Manoel Luís, de 21 de julho de 1695)

Alfredo Bosi

## RESUMO

O artigo trata da carreira e dos escritos de João Antônio Andreoni, jesuíta que, sob o anagrama de André João Antonil, publicou *Cultura e opulência no Brasil* em 1711. Andreoni, que viera da Europa a convite de Antônio Vieira para secretariá-lo na Bahia, agiu no sentido oposto aos ideais do seu protetor. Vieira opunha-se à prática bandeirante de escravizar os índios; Andreoni assessorou um pacto dos jesuítas com os paulistas. Vieira militou a favor dos judeus contra a Inquisição; Antonil traduziu do italiano uma obra anti-semita. Vieira comparou o escravo no engenho a Cristo na cruz; Antonil descreveu pateticamente os tormentos da cana transformada em açúcar.

## SUMMARY

This article analyzes the writings and the career of João Antônio Andreoni, an Italian Jesuit, who, under the pseudonomic anagram of Antonil, published *Cultura e opulência no Brasil* in 1711. Having come to Brazil from Europe due to Antonio Vieira's invitation to be his secretary in Bahia, Antonil behaved in a fashion contrary to his protector's ideals. Vieira opposed the colonists' practice of enslaving Indians; Andreoni on the other hand mediated a treaty between Jesuits and "paulistas". Vieira sided with the Jews against the Inquisition; Antonil translated an anti-Semitic work from the Italian. Vieira compared the slave in the sugar mill with Christ on the Cross; Antonil pathetically described the torments of the cane transformed into sugar.

Em janeiro de 1681 embarcava no porto de Lisboa com destino à Bahia um jovem sacerdote da Companhia de Jesus nascido em Luca e que se assinava latinamente Johannes Antonius Andreonius.

Vinha para o Brasil a convite do então septuagenário padre Antônio Vieira que ele conhecera em Roma como pregador célebre, valido de Clemente X (que, chamando-o "amado filho", o isentara da Inquisição portuguesa) e tão caro a Cristina da Suécia que o escolhera para seu confessor.

Na colônia Andreoni ascendeu rapidamente na hierarquia da ordem. Primeiro, lente de Retórica no seminário baiano; depois, diretor de estudos, mestre de noviços, secretário particular de Vieira quando este ocupava o cargo de visitador geral, reitor do Real Colégio da Bahia, enfim provincial, o posto máximo da Societas Jesu entre nós.

Os seus confrades logo advertiram nele o gosto do cálculo, uma aptidão saliente para descrever e rotular toda espécie de matérias e sobretudo uma perícia contábil que o recomendava às tarefas bem regradas da administração.

Serafim Leite, que reconstituiu a carreira de Andreoni, refere-se a um trabalho de estatística que este organizou quando secretário<sup>1</sup>. A partir do Livro de Entrada no Noviciado, fez assentamentos de todos os membros que passaram pela província entre 1566 a 1688. Graças também à sua diligência, temos um catálogo de superiores e mestres, além de uma codificação minudente dos usos e praxes correntes nos colégios compilada sob o didático título de *O costumeiro*. As suas Cartas Anuas, enviadas regularmente ao Padre Geral em Roma, são modelos de seca precisão e revelam escrúpulos de cronista.

Provavelmente a mesma fidelidade de historiador, arrimado ao devido respeito pelos vultos consagrados da Companhia, terá ditado o oferecimento que fez da sua obra maior, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, àqueles "que desejam ver glorificado nos altares ao venerável padre José de Anchieta, sacerdote da Companhia de Jesus, missionário apóstolo e novo taumaturgo do Brasil".

E por certo o dever de prestar a canônica — e pública — homenagem a quem fora o lustre da ordem do século, o mesmo Vieira, o terá induzido a compor as páginas elogiosas, posto que brevíssimas, que dedicou à sua biografia logo depois da sua morte, em 1697, e que só vieram a ser traduzidas do original latino duzentos anos mais tarde, quando as remiu do esquecimento a Biblioteca Nacional estampando-as em seus *Anais*<sup>2</sup>.

Tudo parece, pois, correto na vida e na obra de João Antônio Andreoni. Cumpre, no entanto, registrar que a sua pontual deferência prestada àquele singular homem de gênio (cujos passos ele perseguira anos a fio desde Roma até a nossa Bahia) não o levou a sentir, pensar ou agir em consonância com os ideais mais caros de Vieira. Antes pelo contrário. O exato escriba, fiel na cópia das letras e das cifras, foi infiel ao espírito do seu protetor. Quase um traidor.

Vamos à História.

O embate dos jesuítas com os colonos no Maranhão e no Pará conta-se apenas como um entre os muitos episódios no curso de uma guerra que durou século e meio entre duas forças concorrentes nos fins, a conquista do índio, mas díspares nos seus recursos materiais. Prova bastante dessa desproporção deram os malogros de Vieira e dos seus companheiros naquelas missões do Norte. Mas foi em São Paulo de Piratininga, sede das bandeiras, que os atritos se multiplicaram desde a fundação da vila até as repetidas vexações e expulsões dos missionários ao longo do século XVII. Serafim Leite e, do outro lado, um apologista do sertanismo, Affonso d'Escragnoille Taunay, narram com pormenores as fases de um só e fundamental desencontro que só conheceria desfecho com a destruição dos Sete Povos, obra da ilustração pombalina.

Interessa, aqui, a participação de Andreoni.

(1) Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil* Lisboa/Rio: Instituto Nacional do Livro, 1949, tomo VIII.

(2) É o *Compendium vitae pereximii patris Antonii Vieyrae*, cujo autógrafo se encontra no Arquivo da Companhia em Roma (Lusitania 58 (2), 520-7). Nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, XIX (1987), publicou-se com o título de "Carta do P. Reytor do Collegio da Bahia em que dá conta ao P. Geral da morte do P. Antonio Vieyra e refere as principais acções de sua vida. Bahia, 20 de julho do ano de 1697".

O conselho e a decisiva mediação deste e de seu confrade italiano Jorge Benci (autor da *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*) acabaram delineando uma posição nova, deveras indulgente para com os mamelucos de São Paulo, entre alguns inácianos e junto às autoridades da Companhia na Itália. Essa atitude veio a "amortecer a resistência inquebrantável dos jesuítas à escravização do gentio", nas palavras do mesmo Serafim Leite.

Vieira não podia deixar de ressentir-se amargamente com as manobras de Andreoni e Benci reforçadas pelo sacerdote holandês Jacob Rolland, que chegaria a escrever uma *Apologia dos paulistas...* O grande lutador queixou-se, mais de uma vez, da política de conluio dos padres estrangeiros, isto é, não-portugueses, em tudo oposta à fibra dos jesuítas em São Paulo, sempre ciosos dos seus aldeamentos e sempre hostis às incursões rapinosas dos bandeirantes.

A documentação que pude consultar no Arquivo Romano da Companhia de Jesus põe a nu as divergências entre Vieira, octogenário, doente e isolado quando visitador na Bahia, e o grupo sorrateiramente liderado por Andreoni. Este sabotava, sempre que lhe era dada oportunidade, os projetos daquele que o trouxera da Europa e o honrara com rasgados elogios franqueando-lhe segura carreira na instituição<sup>3</sup>.

Além das áreas de atrito devidas a questões de poder dentro da província (Andreoni, como italiano, não poderia legalmente ocupar cargos de direção), avultava a discordância aguda sobre a liberdade dos índios.

Vieira, combatente na linha de fogo desde os anos de 50 e 60 no Maranhão, voltara da Europa, passados vinte e tantos anos, cada vez mais animoso e disposto a denunciar os abusos praticados pelos colonos e sertanistas. Em 1687 ainda oferecia-se aos superiores para ir como simples missionário às aldeias da Amazônia... Um ano depois, compondo uma "Exposição doméstica", concitava os padres do Colégio baiano a deixarem o apego aos cargos docentes ou burocráticos e a cursarem "a universidade de almas dos bosques e gentilidades". Em 1690, vendo em perigo a missão dos Quiriris, destina-lhe todos os proventos auferidos por suas obras, os *Sermões*, que se achavam em vias de publicação em Portugal e já eram requisitados na Espanha, na França e na Itália.

Mas o seu campo de ação estava minado. Este fim dos Seiscentos foi precisamente o momento em que os paulistas descobriram o ouro por tanto tempo buscado em vão. A sorte pendia para os bandeirantes, logo para São Paulo; e com a sorte, a riqueza, o prestígio, a influência junto à Coroa que, desde os meados do século, distribuía cartas-régias aos sertanistas estimulando-os a cometer a empresa dos achamentos e acenando-lhes com a outorga de patentes e honrarias aos que fossem bem sucedidos. Conta Varnhagen:

*Ao cabo de muitos trabalhos e de tentativas infrutíferas encontraram-se afinal, em Itaberaba, as primeiras minas que deram resultados decididamente vantajosos, e abriram caminho ao descobrimento das demais. Esse primeiro*

(3) V. a carta de Vieira ao bispo de Pernambuco, em *Cartas*, ed. da Universidade de Coimbra, III, 554.

*descobrimento devemos assigná-lo ao ano de 1694, em que chegou a São Paulo, trazida por um Duarte Lopes, a grande nova*<sup>4</sup>.

(4) Em *História geral do Brasil*, 9ª ed. S. Paulo: Melhoramentos, 1978, vol. 2, tomo IV, p. 98.

1694 é também o ano em que se redigem e assinam, na vila de São Paulo, as novas *Administrações dos índios*. O texto recebe a anuência do padre Alexandre de Gusmão, provincial, que pede assessoria jurídica a Andreoni, então seu secretário e muito acreditado pelos seus estudos de Direito Civil em Perugia.

Vieira percebe imediatamente que se trata de uma capitulação dos padres aos interesses dos mamelucos. Em maio reúne-se o Colégio da Bahia para escolher um procurador que fosse a Lisboa e a Roma discutir com os superiores o teor do acordo paulista. Vieira teria manifestado em conversa informal a sua preferência por um candidato; o grupo majoritário, manobrado por Andreoni, acusa-o de aliciamento de eleitores, gestão reputada como falta grave pelas Constituições jesuíticas. Vieira é punido: privam-no de voz ativa e passiva, proíbem-no de votar e ser votado. Inconformado, queixa-se em carta a amigos daquela sua "escravidão doméstica" e acha forças para emitir um longo *voto* em separado abertamente contrário às *Administrações*. Recorre, enfim, do arbítrio que sofrerá ao geral, Paolo Oliva, seu velho admirador desde os tempos romanos em que ambos emulavam pregando ao papa. Mas a reparação solene que Oliva lhe faz em missiva afetuosa e reverente só chegaria tarde demais à Bahia onde Vieira morrera fazia três anos.

Testemunham a sua lucidez o *Voto sobre as dúvidas dos moradores de São Paulo acerca da administração dos índios* e a carta ao padre Manuel Luís, datada de 21 de julho de 1695, onde se queixa de "um padre italiano que nunca viu índio e só ouviu aos paulistas, como outro, flamengo, chamado Rolando [...]". O padre italiano será Andreoni ou Giorgio Benci, presente às negociações de Alexandre de Gusmão com os principais da vila. Enfim, irrompe o desabafo sem peias: "Não me temo de Castela, temo-me desta canalha"<sup>5</sup>.

(5) *Cartas*, ed. de Lúcio de Azevedo. Universidade de Coimbra, 1928, vol. III, p. 670.

No *Voto* desmascara a permanência da escravidão dos nativos agora debaixo do especioso nome de "administração"; concedida por autoridade real, esta se converteria em "licença e liberdade pública" para se cativarem os índios.

No pacto firmado em Piratininga, diz Vieira, "todo o útil se concedia aos administradores e todo o oneroso carregava sobre os miseráveis índios, a quem em todas as voltas ou mudanças sempre a roda da fortuna leva debaixo."

No seu arrazoado toma Vieira como autoridade a doutrina de teólogos moderados no trato da questão indígena: Jospeh de Acosta que, no *De Procuranda Indorum Salute*, de 1588, defendera a via apostólica em termos que lembram os argumentos de Bartolomé de Las Casas, embora prudentemente não lhes faça menção alguma; e Juan de Solorzano Pereyra, analista do regime das *encomiendas* e autor de uma *De Indiarum*

*Gubernatione*, em que perfilha as denúncias de Acosta às práticas violentas dos primeiros conquistadores espanhóis: "Jesus mio, qué desorden, cuánta fealdad!"<sup>6</sup>.

Não cabe aqui entrar no cipoal das doutrinas éticas por onde se enredou a Escolástica tardia em torno da licitude do domínio colonial sobre os ameríndios. Importa apontar a formação de um pensamento contrário à sentença aristotélica de que "há homens naturalmente escravos". Francisco de Vitoria (inspirador de Grotius e um dos precursores do Direito Internacional moderno), Francisco Suárez e Luís Molina procuraram restringir a extensão do conceito de "guerra justa" de que se abusava então para legitimar a conquista do índio em toda a América. É nessa tradição jurídica que se inspira o *Voto* do nosso veterano combatente.

Quando visitador, entre 88 e 91, Vieira tinha composto um Regimento das Aldeias em que vedava aos reitores dos colégios servirem-se do trabalho dos índios, ainda que remunerado, para prevenir abusos que dessem margem a suspeitas sobre a lisura da ação catequética. Morto Vieira, Andreoni, designado provincial no ano seguinte (1698), solicita ao padre geral Tamburini que revogue aquele dispositivo alegando que, se os demais senhores de engenho se valiam do índio, por que só de religiosos não poderiam fazê-lo?

Andreoni, legalista, pleiteava a generalização do trabalho indígena, quer em condições de escravatura regulada por Administrações formais, quer em regime de assalariado semi-servil:

*Sed si locantur aliis, quare nos illis utemur pretio statim laboris soluto?* [Mas se os índios são alugados a outros, por que não nos utilizaremos nós deles, sendo o preço do trabalho liberado, desde já, de qualquer regra?]<sup>7</sup>.

A proibição alcançada por Vieira foi supressa pelo geral em 1704 nos termos da petição de Andreoni: "*Possunt Nostri uti opera Indorum soluto pretio*". Isto é: "podem os Nossos usar dos trabalhos dos Índios a preço livre".

Se em Vieira ainda se manifestam escrúpulos motivados por sua formação escolástica (a teologia implícita no antigo Direito Natural das Gentes limitava os poderes do colonizador), em Andreoni a consciência moral já está inteiramente dobrada às razões do mercantilismo colonial. E entre estas razões, contaria a da concorrência com outros detentores do capital: ao passo que Vieira lutara, desde moço, para que a Coroa lusa estendesse as mãos aos judeus e os poupasse das extorsões do Santo Ofício, Andreoni traduziu na velhice a obra anti-semítica de Gian Pietro Pinamonti, *Synagoga desengana*, onde se repta o povo hebreu a renegar a lei mosaica, uma "lei diabólica".

Dizia Pinamonti, mal escondendo os motivos de seus preconceitos: "*I Giudei, se s'ha da parlare sinceramente, non sono esperti in altr'arte doe in quella di far denari*"<sup>8</sup>.

(6) Exclamação de Acosta, apud Lewin Hanake. *Aristóteles e os índios americanos*. São Paulo: Martins, s. d., p. 116.

(7) Apud Serafim Leite. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, op.cit., tomo VII, p. 111. Traduzo o advérbio *statim* por *desde já*, mas poderia vertê-lo por *estávelmente, regularmente*, conforme me alertou o latinista Flávio Vespasiano DiGiorgi, que considera esta alternativa também condizente com a pretensão de Andreoni.

(8) Em *La Sinagoga disingannata, ovvero via facile a mostrare a qualunque ebreo la falsità della sua setta e la verità della legge Cristiana*, Bologna, per il Longhi, 1694. A tradução de Andreoni saiu em Lisboa pela Officina da Musica em 1720.

Certamente as esperanças messiânicas de Vieira postas no Quinto Império e na realização *terrena* das promessas bíblicas de um Reino feito de justiça deviam desagradar à ortodoxia estreita de Andreoni, tanto mais que por elas o seu malogrado autor já havia padecido dois anos de cárcere inquisitorial.

O fato é que a derradeira obra de Vieira, a *Clavis Prophetarum*, ou *De regno Christi in Terris consummato*, que ele deixara inacabada, continua inédita, pois os autógrafos se perderam, embora se saiba que foram custodiados em cofre chaveado pelo próprio Andreoni logo depois da morte de seu autor. Mas sabe-se também que dois familiares da Inquisição, avisados a tempo por um solerte denunciante, interceptaram no porto de Lisboa a preciosa carga que deveria seguir para Roma. Andreoni, reitor do Colégio, foi a última pessoa que viu, na Bahia, os originais da *Clavis Prophetarum*, manuscritos que lera com atenção e que comentaria em um parecer urdido de louvores convencionais e abertas ressalvas. Cinco dias depois da morte de Vieira, escreveu ao padre geral Tirso González uma carta cujo teor é assim resumido por Francisco Rodrigues:

*O P. Andreoni exprimia francamente ao Geral os seus receios. Dizia que Vieira propugnava opiniões singulares, que haviam de pôr embaraços à aprovação da obra, e chegara por esse motivo a sugerir ao P. Vieira que se apresentasse a um concílio universal; só nele se poderia convenientemente discutir a sua doutrina para ser admitida ou rejeitada. Agora, insistia Andreoni, se por essas opiniões corria perigo a obra, o melhor seria omiti-las, e publicar tudo o mais, que era digníssimo de sair à luz e havia de ser lido com prazer e admiração<sup>9</sup>.*

O mistério continua indecifrado: quem impediu que os últimos escritos proféticos de Vieira chegassem a seu destino?

Quando teriam começado a incubar os sentimentos de animadversão de Andreoni para com o seu padrinho? Quem pesquisa deve contentar-se com sinais escritos. Examinando as cartas de Andreoni conservadas no Arquivo Romano, deparei com esta, datada de 26 de junho de 1690 e dirigida ao admonitor do geral, o pe. Fózio. Traduzo do italiano as passagens que se referem a Vieira:

*Muito Reverendíssimo Padre em Cristo.*

*Escrevo com tanta verdade como se devesse morrer depois de ter dito algumas missas e depois de ter ouvido alguns que gemem. O Nosso Reverendo Padre Geral tem um altíssimo conceito do P. Antonio Vieyra nosso visitador há já três anos, porque imagina que governa tão bem quanto prega, mas é extravagantíssimo nas idéias e infeliz na prática. O seu gênio é vário e*

(9) Em Francisco Rodrigues. "O P. Antonio Vieira. Contradições e aplausos. À luz de documentação inédita". Revista de História, Lisboa, 1922, XI, p. 114. Encontra-se no Arquivo Romano o autógrafo do Index manuscriptorum P. Antonii Vieyrae, quae post mortem in eius cubiculo inventa sunt. Bahiae, 22 Juli 1697, que é a lista dos autógrafos encontrados na cela de Vieira e encerrados por Andreoni no cofre que remeteu à sede italiana da Companhia.

*inconstante. Nasceu em Lisboa, veio ao Brasil, passou-se ao Maranhão, voltou a Portugal, girou pelo mundo na Holanda, na França, na Itália, voltou a Portugal e daí ao Brasil, e como aqui se vê pouco amado, diz que está escrevendo ao Pe. Geral para regressar a Portugal. Do Maranhão o lançaram fora os Portugueses com tumulto. Em Portugal foi um dos principais responsáveis pela divisão daquela Província em duas, com tanto arrependimento e com tanta desunião de ânimos, que ainda hoje, estando as duas Províncias reunidas, persiste a parcialidade. Três anos antes de ser visitador quis fazer nesta Província do Brasil vice-província o Rio de Janeiro, e disto tratou com o atual Reverendo Padre Nosso, o qual com suma prudência julgou a causa muito imatura. [...] Este Padre é de gênio muito nacional contra os Brasileiros. Eu não nego que os europeus sejam melhores quando vêm com espírito de missionários, como vêm ordinariamente da Itália, da França e da Alemanha, mas quando vêm com más intenções em busca de morada, servem pouco. [...] Os Brasileiros o conhecem e fremem, e não o podem ver.*

*O seu modo de governar é político e depois de ter lançado fora quem o aconselhava bem, traz próximos de si alguns de bem pouca edificação, que se acomodam com o tempo e tudo lhe aprovam, e se diz que buscam a sua conveniência; principalmente dá ouvidos ao P. Ignatio Faya, homem notório pela sua pouca sinceridade, soberba, espírito vingativo, e de mau odor nos três principais colégios da província, em matéria de castidade, tanto que por sua causa muito deu o que falar entre os alunos; e saiba Vossa Paternidade que escrevendo assim digo pouco em comparação do que dizem os outros, velhos e jovens; e o mesmo Pe. Visitador me disse que o comissário do Santo Ofício o advertiu sobre o modo com que se havia no confessionário; [...] e contudo agora se serve tanto deste homem que a ele se atribuem todos os conselhos precipitados [...]*

*O P. Provincial e o P. Reitor são como o bedel e o sub-ministro, porque tudo quer saber e faz e desfaz com prejuízo da observância. Foi pregador amigo de conversação, e me parece que os jovens não recebem da sua boca a melhor edificação, e sobre este ponto fala-se muito e com pouco decoro da sua idade, e com juízos e conjecturas bastantes. Na administração da justiça mostrou-se muito parcial, desculpando, cobrindo e defendendo os que são do seu gênio; e comportando-se antes como adversário do que como juiz contra outros, e não quer ouvir. Eu era seu conselheiro... hoje não tem quem lhe diga ou se atreva a dizer-lhe o que é necessário. [...] Creia-me, meu Padre, que a observância na juventude cai por terra. Tabaco, chocolate, mesadinhas entre os alunos de Filosofia, e o que é pior, disse-me o Pe. Reitor: em matéria de castidade e de pobreza a coisa não pode ser mais livre. [...] Se o Pe. Geral não der remédio, não duvido que o dará Santo Inácio.*

Sob a capa de zeloso da Companhia, quantas flechas envenenadas! As viagens de Vieira, feitas todas em cumprimento de missões, algumas perigosas, onde primava pelo seu desinteresse pessoal, são contadas, uma a uma, como provas de um "gênio vário e inconstante". A sua expulsão pelos

colonos maranhenses, sabidamente causada pelo rancor dos que não toleravam o missionário intransigente na defesa da lei, é aqui lembrada como se fora mais uma ocasião de desordem: "Do Maranhão o lançaram os Portugueses com tumulto". As suas opiniões sobre a divisão administrativa da Companhia em Portugal e do Brasil entram apenas como sementes de cizânia. Não retrata; detrata o visitador pintando-o homem egocêntrico, injusto, conivente com os adutores, mesmo quando corruptos, protervo com os superiores a quem menoscaba. Nem é difícil ouvir aqui a nota ressentida do antigo conselheiro preterido... Como orientador de seminaristas, a imagem de Vieira é a de um velho parcial e relapso a ponto de o pio Andreoni, escandalizado, invocar, em tom de velada ameaça, o socorro de santo Inácio caso o geral não dê paradeiro a tantos desmandos.

### Do anti-Vieira a Antonil

Neste Andreoni rente ao bom senso, respeitoso de tudo quanto estivesse firme e estabelecido, refratário a utopias e profecias, conciliante e diplomata com senhores de engenho e preadores de índios, escondia-se literalmente o nosso primeiro economista: aquele Antonil que está quase inteiro em Antônio; aquele *Anônimo* que se prezava de Toscano e Luquês (de onde o *L* de Antonil, segundo Capistrano, que decifrou o enigma da autoria), estrangeiro, não-português, já não barroco, mas racional e objetivo. E tocamos a definição do caráter intelectual do autor de *Cultura e opulência do Brasil* no parecer de sua mais simpática estudiosa, Alice Canabrava: *objetividade*<sup>10</sup>.

Seria neutra essa objetividade? Não, no fundo; mas sim, considerando a aparência "natural" que acaba assumindo toda dominação social. Ser objetivo significava, naquele contexto de violência já consolidada havia século e meio, aceitar o fato de que os moradores de São Paulo utilizavam o braço índio conquistado à força em suas entradas pelo sertão, e que dispunham de poder bastante para continuar a fazê-lo, como, na verdade, o fizeram. Ser objetivo era pensar, naturalmente, do ponto de vista do senhor de escravos no Nordeste ou do bandeirante no Sul. Essa perspectiva, que nos sermões indignados de Vieira aparece tão sofrida e contraditória, Antonil a assume tranqüilamente, como puro espelho que era de uma prática estruturalmente colonial.

O seu livro não vai além da racionalidade do guarda-livros de uma empresa agro-exportadora. A arte contábil se diz, em língua toscana, *ragioneria*. Não vai além das coisas e dos números, mas vai até o fim e até o fundo, o que permite coerência na interpretação do todo.

Quando a utilidade a curto prazo se torna critério absoluto de ação, os valores do "justo" e do "verdadeiro" caem rapidamente na órbita dos cálculos imediatos. Essa é a razão inerente ao discurso mercantil-colonial. Esse, o pensamento que ditou, de ponta a ponta, o livro mais enxuto e pragmático jamais escrito sobre as nossas riquezas coloniais, *Cultura e*

(10) Ver a substanciosa introdução de Alice Canabrava à oitava edição de *Cultura e opulência do Brasil* São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1967.



*opulencia do Brasil por suas drogas, e minas, com varias noticias curiosas do modo de fazer o Assucar; plantar, & beneficiar o Tabaco; e tirar Ouro das Minas; & descobrir as da Prata; E dos grandes emolumentos, que esta Conquista da America Meridional dá ao Reyno de PORTUGAL com estes, & outros generos, & Contratos Reaes. "Obra de André João Antonil"*

O pseudônimo do autor é anagrama quase perfeito de João Antônio Andreoni.

A obra editou-se em Lisboa pela Oficina Real Deslandesiana, com as devidas licenças civis e eclesiásticas, no ano de 1711. É notória a sua fortuna acidentada. A edição foi seqüestrada por decreto de d. João V, a pedido do Conselho Ultramarino, sob as alegações que abaixo transcrevo:

*Nesta Corte saiu proxicamente um livro impresso nela com o nome suposto e com o título de Cultura e Opulência do Brasil, no qual, entre outras coisas que se referem pertencentes às fábricas e provimentos dos engenhos, cultura dos canaviais e benefício dos tabacos, se expõem também muito distintamente todos os caminhos que há para as minas do ouro descobertas, e se apontam outras que ou estão para descobrir ou por beneficiar. E como estas particularidades e outras muitas de igual importância se manifestam no mesmo livro, convém muito que se não façam publicadas nem possam chegar à notícia das nações estranhas pelos graves prejuízos que disso podem resultar à conservação daquele estado, da qual depende em grande parte a deste Reino e a de toda a Monarquia, como bem se deixa considerar.*

*Pareceu ao Conselho Ultramarino representar a V. Majde. que será muito conveniente a seu real serviço ordenar que este livro se recolha logo e se não deixe correr, e que ainda que para isso se dessem as licenças necessárias como foram dadas sem a ponderação que pede um negócio tão importante que respeita à conservação e utilidade do estado público a bem da Real Coroa de V. Majde., é muito justo que se revoguem, e porque é mais seguro e mais prudente prevenir o dano futuro antes de chegar a produzir os seus efeitos do que remediar o que já se experimenta.*

Confiscada no ano da sua publicação, a obra só veio a ser reimpressa, e mesmo assim parcialmente, em 1800, quando frei José Mariano da Conceição Veloso incluiu a parte relativa aos engenhos no volume *Fazendeiro do Brasil*. A segunda edição completa sairia no Rio de Janeiro em 1837.

Fruto sazornado do ideal mercantilista, o trabalho de Antonil levou a tais extremos de perfeição o método de desdobrar útil e utilitariamente o mapa da mina, que a sua difusão acabaria pondo em risco (a crer nas palavras do Conselho Ultramarino) um dos princípios sagrados do velho regime colonizador, o segredo<sup>11</sup>; o qual não deveria ser franqueado ao seu mais astuto inimigo, a concorrência internacional, sempre ávida de boas informações sobre o produto e o seu mercado... De fato, d. João V ordenou que toda a edição fosse queimada.

(11) Foi o que viu com acuidade José Paulo Paes em "A alma do negócio" (*Mistério em Casa*. São Paulo: Comissão de Literatura, 1961).

Os leitores de Antonil são unânimes em reconhecer o seu senso da realidade econômica e a sua capacidade de observar com atenção, distinguir com perspicácia, descrever com precisão, narrar com ordem e nitidez. Cada coisa é como que protocolada no seu justo lugar, sem pressa mas também sem rodeios. *Age quod agis, Festina lente...* parecem ter sido as máximas que presidiram à composição do livro.

A palavra-chave torna sempre à mente do comentador: *objetividade*, servidão ao objeto. E sem jogo fácil de palavras: o sujeito do texto de Antonil é o objeto. *A lavra do açúcar. O Engenho Real moente e corrente. A lavra do tabaco, As minas de ouro. A abundância do gado e courama e outros contratos reais que se rematam nesta conquista.*

Nesse universo cerrado de produção e circulação de mercadorias, como aparecem os seres humanos?

Como instrumentos propícios à criação de riquezas, marcados pela necessidade e pelo dever, que lhes dão afinal a sua identidade. Senhor ou escravo, o homem de Antonil é, em primeiro lugar, um corpo e uma alma útil à *mercancia* com a qual confunde o tempo da sua vida, e a luz da sua mente e a força do seu braço.

Como quem arruma um feixe de obrigações, uma a uma, e as ata com mão firme, assim compõe Antonil a figura do senhor de engenho. Tudo neste são deveres, tudo cuidados, tudo vigílias.

"Como se há de haver o senhor de engenho..." é o cabeçalho de muitos títulos enfileirados que recomendam ao fazendeiro ora a compra de terras férteis de massapé, ora o olho vivo nas aguadas e na lenha (alma das fornalhas!), ora evitar vizinhos "trapaceiros, desinquietos e violentos", futuros armadores de pleitos e demandas...

Os conselhos vão do graúdo ao miúdo não poupando sequer a intimidade doméstica que, se desleixada, carregará amargos dissabores ao administrador negligente.

*Nem deixe os papéis e as escrituras que tem na caixa da mulher ou sobre uma mesa exposta ao pó, ao vento, à traça e ao cupim, para que depois não seja necessário mandar dizer muitas missas a Santo Antônio para achar algum papel importante que desapareceu, quando houver mister exhibi-lo. Porque lhe acontecerá que a criada ou serva tire duas ou três folhas da caixa da senhora para embrulhar com elas o que mais lhe agradar, e o filho mais pequeno tirará também algumas da mesa, para pintar caretas, ou para fazer barquinhos de papel, em que naveguem moscas e grilos; ou finalmente, o vento fará que voem fora da casa sem penas (cap. II).*

É de presumir que o conselheiro se dirigisse a senhores bisonhos no ofício de administrar, ricos homens que ainda não separavam com rigor o escritório da empresa e os aposentados domésticos, o espaço econômico público e os refolhos da vida privada.

Nem param aí as advertências. Que o senhor de engenho nunca se mostre arrogante e soberbo com seus lavradores, pois a insolência gera a revolta e o desejo de revidar. Que a todos contemple com trato afável, conselho que estende às senhoras de engenho,

*as quais, posto que mereçam maior respeito das outras, não hão de presumir que devem ser tratadas como rainhas, nem que as mulheres dos lavradores hão de ser suas criadas e aparecer entre elas como a Lua entre as estrelas menores (cap. III).*

Sejam os senhores ativos no trabalho, prudentes nos negócios e morigerados nos prazeres, que assim o requer a manutenção dos seus bens, entre os quais Antonil elenca primeiro as terras e as máquinas, depois as alimárias, enfim os escravos e as escravas.

Transparece ao longo do texto um cuidado extremo com as relações sociais travadas no mundo fechado do engenho. Nem a dependência dos *lavradores de partido* (moedores de cana que se obrigam a fornecê-la aos engenhos reais), nem o tratamento cotidiano dado aos escravos ficarão entregues ao acaso. A falta de um critério explícito de deveres e direitos levaria os fortes ao arbítrio, os fracos ao abuso. Daí, a necessidade de um *espírito de contrato* que, de certo modo, parece mais moderno e (arrisco a palavra) mais civilizado que o domínio cego dos regimes de puro favor e de servidão.

Antonil formaliza as obrigações de ambos os lados. Racionalizar os comportamentos na esfera do trabalho serve aqui de ponte entre um mercantilismo tosco e arcaico e as Luzes que mal começam a raiar na Europa dos Setecentos.

Discorrendo, por exemplo, sobre os *arrendatários* e as *aperreações* que enleiam o fazendeiro no término — sempre litigioso — dos contratos, adverte o autor:

*E para isso seria boa prevenção ter uma fórmula ou nota de arrendamentos, feita por algum letrado dos mais experimentados, com declaração de como se haverão despejando acerca das benfeitorias, para que o fim do tempo do arrendamento não seja princípio de demandas eternas (Livro I, cap. II).*

Com os oficiais, preciosos no desempenho de funções técnicas, o melhor contrato é sempre um salário ajustado na hora certa, pago com a devida pontualidade e acrescido de algum abono ("algum mimo") no fim da safra: assim procederá o senhor com o feitor-mor, o feitor de moenda, o feitor de partido, o mestre do açúcar, o soto-mestre, o purgador do açúcar e o caixeiro de engenho, cujas soldadas, em mil réis, são objeto de informações acuradas. Que tudo se sujeite a regra e tudo se cumpra à risca.

No caso especial do soto-banqueiro, ajudante do soto-mestre, a sua condição de "mulato ou crioulo escravo da casa" impede remuneração em dinheiro; mas, como a sua tarefa concorre para o melhor preparo das purgas, Antonil não deixa de recomendar ao senhor de engenho que lhe dê também, no fim da safra, *algum mimo*, "para que a esperança deste limitado prêmio o alente novamente para o trabalho" (cap. VI).



E o espinho da escravidão — como o sentiu o nosso jesuíta, antigo secretário de Vieira?

Em momento nenhum do seu longo discurso em torno da vida nos engenhos Antonil se pergunta sobre a natureza, a origem ou a licitude da escravidão em si mesma. O cativo aparece-lhe como uma questão *de facto* sobre cujo mérito não cabe discutir. Certamente essa posição faria parte da sua "objetividade". A escravidão existe, a escravidão é útil ao comércio do açúcar, que outro predicado ainda se lhe deve atribuir?

A *ratio* calculante não se demora em indagações que correriam o risco de resvalar para o solo fugidio da metafísica. Se há alguma pergunta pertinente a formular, é: como se há de haver o senhor de engenho com os seus escravos para que a produção dos açúcares se faça de modo rendoso e rentável?

Acicatado por essa questão "prática", que é a questão dos meios, Antonil põe-se a raciocinar com a sua costumeira eficácia e clareza. O capítulo nono do Livro I dá a resposta geral e os seus desdobramentos particulares.

A abertura tem uma força e uma concisão ímpares: "Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente".

É a crua evidência da necessidade, dirá o intérprete realista; e dela viria a sua lógica de ferro. "Necessidade, sim, mas de quem?" — retrucará o leitor interessado em ver as idéias dispor-se na trama social, pensadas pelos seus próprios agentes históricos. Necessidade dos senhores de engenho, necessidade dos mercadores de açúcar, necessidade dos traficantes de negros, necessidade da burocracia colonial, necessidade do erário português, necessidade da Inglaterra e de outros compradores de gêneros tropicais: necessidade do sistema colonial, eis tudo.

Mas de que lugar social fala o autor de *Cultura e opulência do Brasil*? Da Igreja enquanto instituição religiosa universal? Do *Corpus Mysticum*? Da práxis evangelizadora onde se situaria como missionário? A rigor, não. Antonil fala a partir do mesmo sistema colonial, *onde os jesuítas também possuíam engenhos*; e entre eles, o famoso engenho de Sergipe do Conde em Santo Amaro que serviu de campo de observação ao Anônimo Toscano, conforme ele mesmo afirma no prólogo da obra:

*E porque algum dia folguei de ver um dos mais afamados que há no Recôncavo, à beira-mar da Bahia, a que chamam o engenho de Sergipe do Conde, movido de uma louvável curiosidade, procurei, no espaço de oito ou dez dias que aí estive, tomar notícia de tudo o que o fazia tão celebrado, e quase rei dos engenhos reais.*

Nascido de observações diretas, o texto dá informes idôneos aos futuros empresários que quiserem empregar seus cabedais no fabrico do açúcar: "[...] e quem de novo entrar na administração de algum engenho, tenha estas notícias práticas, dirigidas a obrar com acerto, que é o que em toda a ocupação se deve desejar e intentar".

Um livro-canal, portanto: de jesuítas senhores de engenho para senhores de engenho, jesuítas ou não.

Nessa área de intersecção cabe ao projeto econômico do fazendeiro a zona central e comum. É pelos seus interesses que o autor avalia os escravos, discernindo o boçal e o ladino; o arda, o mina e o congo; o mulato e o retinto; o serviçal e o rebelde.

O jesuíta Antonil faz coincidir os bons tratos dados pelo senhor ao escravo com o melhor relacionamento entre ambos no engenho. Parece um mentor da psicologia industrial do seu tempo quem diz:

*O certo é que, se o senhor se houver com os escravos como pai dando-lhes o necessário para o sustento e o vestido, e algum descanso no trabalho, se poderá também depois haver como senhor, e não estranharão, sendo convencidos das culpas que cometerem, de receber com misericórdia o justo e merecido castigo.*

Em outras palavras: ser paternal, ser benévolo com o escravo, *é caridade útil*, que, cedo ou tarde, reverterá para o bem do fazendeiro.

O pragmatismo de Antonil revela até certa dose de astúcia quando, no fecho do capítulo, insinua que a mais segura reprodução natural da força de trabalho tem a ver com a generosidade das esmolas ofertadas às negras. Estas aceitarão de bom grado conceber e dar à luz muitos filhos (a prole escrava, tão cara aos senhores) à medida que lhes chegar em abundância o de comer e o de beber:

*Ver que os senhores têm cuidado de dar alguma coisa dos sobejos da mesa aos seus filhos pequenos é causa de que os escravos os sirvam de boa vontade e que se alegrem de lhes multiplicar servos e servas. Pelo contrário, algumas escravas procuram de propósito o aborto, só para que não cheguem os filhos de suas entranhas a padecer o que elas padecem.*



A mistura de assíduo cumprimento dos deveres de estado, aplicação no trabalho, lisura nos negócios, observância ao culto religioso e, em tudo, espírito de ordem e economia não lembrará acaso a ética calvinista que Max Weber, em estudo memorável, mostrou como propícia ao espírito do capitalismo? E mais: a certeza de que a prosperidade na terra é promessa de bens eternos, porque Deus ajuda a quem se ajuda?

Em várias passagens da obra topamos com signos dessa conhecida síndrome ideológica, ora juntos, ora separados. Mas Antonil era um jesuíta! E nossa memória classificadora estranhará qualquer conexão entre a mais radical das seitas protestantes e a mais ortodoxa e romana das ordens católicas.

No entanto... como negar o que há de comum? Algum veio do *ethos* mercantil, promanado da renascença comunal, veio a alimentar homens tão diversos como Calvino e Inácio de Loyola, e trouxe um sabor de "modernidade" racionalista que um tardio discípulo da contra-reforma não só conserva mas potencia século e meio depois. Essa fonte é a nova religião da imanência, a sobrevalorização dos cuidados terrenos, o elogio da razão providente, próspera e prudente, a defesa dos atos industriais, a rígida administração do tempo, enfim o respeito pela *vita activa*.

Antonil é jesuíta, mas nada tem a ver com os esplendores barrocos da sua ordem em Roma, em Nápoles ou em Lisboa. A sua formação intelectual é clássica, burguesa, toscana: Luca, a sua pátria, velha comuna que sempre alimentou o comércio marítimo de Gênova e sempre contou com prósperos banqueiros entre os seus cidadãos mais ilustres.

### **Quando o objeto vira sujeito, quando o sujeito vira objeto**

Uma das práticas objetivas da Economia tradicional consistia em observar os sujeitos da produção. Vivendo na Bahia, Antonil foi atraído pela atividade febril dos engenhos de açúcar a ponto de passar dias a fio entrevistando um velho mestre "que cinquenta anos se ocupou nesse ofício com venturoso sucesso", além de outros oficiais de nome, "aos quais miudamente perguntei o que a cada qual pertencia", para enfim tudo coletar e dispor em um bem ordenado livro.

A manufatura do ouro branco o fascinava. As coisas, não os homens. As coisas que movem os homens a produzi-las dia e noite. As máquinas que obedecem a leis de ferro, infringidas as quais, sofrem os homens riscos de mutilação e de morte. Esse é o universo de *Cultura e opulência do Brasil* que faria as delícias do jovem Marx analista da reificação do trabalhador fabril.

O engenho tem, no coração, as casas das máquinas. A casa da moenda, a casa da fôrnalha, a casa das caldeiras, a casa de purgar. A cana que se planta e colhe vai alimentá-las; o açúcar que se produz e vende para o Ultramar sairá delas. Antonil nos contará, passo a passo, a carreira da cana até virar o doce e alvo cristal que toda a Europa aprendeu a consumir desde os primeiros anos

da colonização. A cana, a garapa, o melado, o açúcar: etapas de uma história de metamorfoses em que o sujeito é a coisa a produzir-se, e o objeto os corpos cativos, sombras que rondam o engenho alumiadas pelo fogo das fornalhas acesas noite e dia.

Os escravos são os pés e as mãos dos senhores, e esta figura redutora lhes tira a integridade de atores. São construções verbais passivas e impessoais que Antonil enfileira para descrever o plantio da cana: a terra roça-se (quem a roça?), queima-se (quem o faz?), alimpa-se (quem?). Que a cana não se abafe; que se plantem os olhos da cana em pé, ou que se deite em pedaços; deita-se também inteira, uma junto à outra, ponta com pé; e cobrem-se com terra moderadamente... Dirá a gramática tradicional que em todos esses casos o sujeito é a terra ou a cana; e aqui a razão formal do gramático coincide com a do economista da era mercantil. O objeto exterior ganha foros de sujeito na linguagem de Antonil. Ao mesmo tempo, o agente real (o escravo que roça, queima, alimpa, abafa, deita, cobre...) omite-se por um jogo perverso de perspectivas no qual a mercadoria é onnipresente e todo-poderosa antes mesmo de chegar ao mercado, e precisamente porque deve chegar ao mercado inteira, branca e brunida.

Vinda a hora da safra, tampouco nos é dado ver homens inteiriços na faina do eito. "Quando se corta a cana, se metem até doze ou dezoito foices no canavial". Metem-se foices a ceifar, e a metonímia do instrumento pelo trabalhador diz o que deveras importa ao olhar do autor: as canas a cortar, não os obreiros que as cortam. Depois, é preciso contar os feixes, operação de cálculo; mas como acomodá-la "à rudeza dos escravos boçais, que não sabem contar"? Usando seus dedos e mãos. Dez feixes para cada dedo. Cinco dedos tem a mão: a mão vale cinquenta feixes. Duas mãos têm cem feixes. E sete mãos têm trezentos e cinquenta feixes, "e tem por obrigação cada escravo cortar num dia trezentos e cinquenta feixes", ou seja, sete mãos.

Atada em feixes e levada em carros de bois, bate a cana às portas da casa de moer, "com o artifício que engenhosamente inventaram". É a vez de uma descrição técnica minudentíssima da moenda: períodos sobre períodos articulados em torno da máquina por excelência do engenho, onde rodas de eixo dentadas se entrosam e desentrosam e reentrosam para melhor espremer a cana e extrair o sumo, o *caldo*, que se recolherá para ferver.

Quase no fecho dessas páginas metodicamente obsessivas, em que o olho de Antonil parece medusado por aquelas engrenagens que não param nunca de rodar, vislumbra-se rápida a imagem de uma negra "boçal" que, vencida de sono ou emborrachada, "passa moída entre os eixos". A escrava distraída escapa, às vezes, se intervém a tempo a mão prestante da companheira que lhe corta o braço com um facão, caso o feitor prevenido não se tenha esquecido de encostá-lo junto à moenda para evitar o pior.

O leitor curioso dos velhos saberes tecnológicos do Brasil pré-industrial acompanhará com prazer o curso das observações incisivas de Antonil, que era escritor de pulso, dos melhores da nossa prosa colonial. Dos dentes da moenda passará à casa da fornalha com suas bocas ardentes cingidas de arcos de ferro e encimadas de bueiros "que são como duas ventas

por onde o fogo resfolega". Verá a lenha empilhada no forno a queimar noite a dentro. Conhecerá os diversos tipos de caldeiras, paróis e tachos da casa dos cobres edificada em cima das fornalhas onde se ferve a garapa limpando-a das escumas (a primeira delas tem por nome cachaça...) e juntando-lhe a cinza da decoada para que melhor se filtre até alcançar o grau perfeito de cozimento, "a têmpera do melado". Com este enchem-se as formas e procede-se à última operação, o branqueamento. Só então separa-se o açúcar que não se cristalizou (o "mel") do cristal de açúcar. Para purgar aplicam-se ao produto camadas de barro, no caso, a argila puxada das terras alagadiças do Recôncavo. O açúcar mal purgado, escuro, é o mascavo. Ao bem purgado dava-se o nome de branco macho, o mais prezado e de mais alto custo. Antonil leva o relato do processo até às fases derradeiras da secagem e do encaixotamento do açúcar, não omitindo sequer os preços então vigentes da mercadoria já despachada e posta na alfândega de Lisboa.

Com listas de valores em contos de réis parece assim findar prosaicamente —*objetivamente*—essa parte principal da obra rente ao fabrico do ouro branco no engenho de Sergipe do Conde. No entanto, virada a última página do undécimo capítulo, e conferido o montante anual "do que importa todo o açúcar da colônia", ou seja, 2.535:142\$800 (dois mil quinhentos e trinta e cinco contos, cento e quarenta e dois mil e oitocentos réis), não pouca surpresa causará ao leitor o tópico seguinte intitulado pateticamente: "Do que padece o açúcar desde o seu nascimento na cana, até sair do Brasil".

A passagem também poderia chamar-se: nascimento, paixão e morte da cana-de-açúcar do Brasil a Portugal. A cana, que vimos seguindo em suas transformações de natureza trabalhada a mercadoria vendida, reassume neste fecho-síntese o seu estatuto verdadeiro de sujeito. E de sujeito sofredor, cujo calvário reitera o sacrifício por excelência, o paradigma da paixão de Cristo. O holocausto propiciatório serve agora para o novo regime de salvação, que é o mercado europeu, céu aberto à economia colonial.

As fases da produção do açúcar que seguimos nas páginas precedentes (cortar em pedaços, plantar, ceifar, amarrar, arrastar, moer, espremer, ferver, bater, cozer, purgar com barro, repartir com ferros, encaixotar e remeter para o alto destino dos empórios internacionais) repetem-se *neste finale* mediante a analogia com o ser vivo, animado e humanizado, a quem se infligem torturas indizíveis, mas necessárias, pois

*é reparo singular dos que contemplam as cousas naturais ver que as que são de maior proveito ao gênero humano não se reduzem à sua perfeição sem passarem primeiro por notáveis apertos.*

A esta narração dos tormentos padecidos pela cana — que prefiro transcrever a resumir, tão costurada é a sua sintaxe e tão preciso o seu léxico — não falta um quê de sádico: aquele exercício brutal de crueldade a que o capitalismo arcaico submete a natureza e o homem.



*"Do que padece o açúcar desde o seu nascimento na cana, até sair do Brasil"*

*É reparo singular dos que contemplam as cousas naturais ver que as que são de maior proveito ao gênero humano não se reduzem à sua perfeição sem passarem primeiro por notáveis apertos; e isto se vê bem na Europa no pano de linho, no pão, no azeite e no vinho, frutos da terra tão necessários, enterrados, arrastados, pisados, espremidos e moídos antes de chegarem a ser perfeitamente o que são. E nós muito mais o vemos na fábrica do açúcar, o qual, desde o primeiro instante de se plantar, até chegar às mesas e passar entre os dentes a sepultar-se no estômago dos que o comem, leva uma vida cheia de tais e tantos martírios que os que inventaram os tiranos lhes não ganham vantagem. Porque se a terra, obedecendo ao império do Criador, deu liberalmente a cana para regalar com a sua doçura aos paladares dos homens, estes, desejosos de multiplicar em si deleites e gostos, inventaram contra a mesma cana, com seus artifícios, mais de cem instrumentos para lhe multiplicarem tormentos e penas.*

*Por isso, primeiramente fazem em pedaços as que plantam e as sepultam assim cortadas na terra. Mas, elas tornando logo quase milagrosamente a ressuscitar, que não padecem dos que as vêem sair com novo alento e vigor? Já abocanhadas de vários animais, já pisadas das bestas, já derrubadas do vento, e alfim descabeçadas e cortadas com fources. Saem do canavial amarradas; e, oh!, quantas vezes antes de saírem daí são vendidas! Levam-se, assim presas, ou nos carros ou nos barcos à vista das outras, filhas da mesma terra, como os réus, que vão algemados para a cadeia, ou para o lugar do suplício, padecendo em si confusão e dando a muitos terror. Chegadas à moenda, com que força e aperto, postas entre os eixos, são obrigadas a dar quanto têm de sustância? Com que desprezo se lançam seus corpos esmagados e despedaçados ao mar? Com que impiedade se queimam sem compaixão no bagaço? Arrasta-se pelas bicas quanto humor saiu de suas veias e quanta sustância tinham nos ossos; trateia-se e suspende-se na guinda, vai a ferver nas caldeiras, borrifado (para maior pena) dos negros com decoada; feito quase lama no cocho, passa a faltar às bestas e aos porcos, sai do parol escumado e se lhe imputa a bebedice dos borrachos. Quantas vezes o vão virando e agitando com escumadeiras medonhas? Quantas, depois de passado por coadores, o batem com batedeiras, experimentando ele de tacha em tacha o fogo mais veemente, às vezes quase queimado, e às vezes desafogueado algum tanto, só para que chegue a padecer mais tormentos? Crescem as bateduras nas têmperas, multiplica-se a agitação com as espátulas, deixa-se esfriar como morto nas formas, leva-se para a casa de purgar, sem terem contra ele um mínimo indício de crime, e nela chora, furado e ferido a sua tão malograda doçura. Aqui, dão-lhe com barro na cara; e, para maior ludíbrio, até as escravas lhe botam, sobre o barro sujo, as lavagens. Correm suas lágrimas por tantos rios quantas são as bicas que as recebem; e tantas são elas, que bastam para encher tanques profundos. Oh, crueldade nunca ouvida! As mesmas lágrimas do inocente se põem a ferver e a bater de novo nas tachas, as mesmas*

*lágrimas se estilam à força de fogo em lambique; e, quando mais chora sua sorte, então tornam a dar-lhe na cara com barro, e tornam as escravas a lançar-lhe em rosto as lavagens. Sai desta sorte do purgatório e do cárcere, tão alvo como inocente; e sobre um baixo balcão se entrega a outras mulheres, para que lhe cortem os pés com facões; e estas, não contentes de lhos cortarem, em companhia de outras escravas, armadas de toletes, folgam de lhe fazer os mesmos pés em migalhas. Daí, passa ao último teatro dos seus tormentos, que é outro balcão, maior e mais alto, aonde, toda agente sentida e enfadada do muito que trabalhou andando atrás dele; e, por isso, partido com quebradores, cortado com facões, despedaçado com toletes, arrastado com rodos, pisado dos pés dos negros sem compaixão, farta a crueldade de tantos algozes quantos são os que querem subir ao balcão. Examina-se por remate na balança do maior rigor o que pesa, depois defeito em migalhas; mas os seus tormentos gravíssimos, assim como não têm conta, assim não há quem possa bastante ponderá-los ou descrevê-los. Cuidava eu que, depois de reduzido ele a este estado tão lastimoso, o deixassem; mas vejo que, sepultado em uma caixa, não se fariam de o pisar com pilões, nem de lhe dar na cara, já feita em pó, com um pau. Pregam-no finalmente e marcam com fogo ao sepulcro em que jaz; e, assim pregado e sepultado, torna por muitas vezes a ser vendido e revendido, preso, confiscado e arrastado; e, se livra das prisões do porto, não livra das tormentas do mar, nem do degredo, com imposições e tributos, tão seguro de ser comprado e vendido entre cristãos como arriscado a ser levado para Argel entre mouros. E, ainda assim, sempre doce e vencedor de amarguras, vai a dar gosto ao paladar dos seus inimigos nos banquetes, saúde nas mezinhas aos enfermos e grandes lucros aos senhores de engenho e aos lavradores que o perseguiram e aos mercadores que o compraram e o levaram degradado nos portos e muito maiores emolumentos à Fazenda Real nas alfândegas.*

Lembro a distinção inicial deste livro: a colonização como projeto voltado para a satisfação das necessidades materiais do presente (*colo*: eu cultivo, eu trabalho); e a colonização como enxerto de um passado prenhe de imagens, símbolos e ritos de caráter religioso (*cultus*: a memória dos antepassados).

Antonil tem a mente centrada no aqui-e-agora da produção e no amanhã da mercancia. A causa final do seu pensamento é a ação de colonizar enquanto *colo*. Mas Johannes Antonius Andreonius é também sacerdote, um jesuíta italiano que bebeu do poço das águas medievais e barrocas do catolicismo. O seu imaginário guarda a lembrança da história arquetípica que foi e é a obra redentora do Salvador operada mediante o sacrifício cruento no calvário e na cruz. A tradição cristã ministra-lhe o fio da narrativa e as metáforas da dor. *Cultus* dá sentido e profundidade a *colo*. Sem *cultus*, *colo* tende a amesquinhar-se e virar prosaico utilitarismo. Colonizar é também reviver os signos de uma arcana identidade figurada pelo culto.

Mas até neste casamento de passado e presente, de religião e economia, Antonil é o Antivieira. O secretário que copia a letra e trai o espírito. O pregador, estreante e ainda noviço, falara em 1633 aos pretos da Irmandade do Rosário em um engenho baiano. Seria o mesmo Sergipe do Conde? E no sermão já descrevera os trabalhos da moenda e das fornalhas com palavras tomadas ao imaginário do inferno medieval. Mas o sujeito de Antônio Vieira não era a cana: era o escravo.

Depois de ter provado com abundância de citações do Velho e do Novo Testamento que os negros são filhos do mesmo Deus que criara e remira a humanidade toda, Vieira toca o ponto que deveria afetar os seus ouvintes: a semelhança do escravo de engenho com o Cristo crucificado:

*Não há trabalho, nem gênero de vida no mundo mais parecido à cruz e paixão de Cristo, que o vosso em um destes engenhos. [...] Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado: Imitatoribus Christi crucifixi, porque padeceis em um modo muito semelhante o que o mesmo Senhor padeceu na sua cruz, e em toda a sua paixão. A sua cruz foi composta de dois madeiros, e a vossa em um engenho é de três. Também ali não faltaram as canas, porque duas vezes entraram na Paixão: uma vez servindo para o ceptro de escárnio, e outra vez para a esponja em que Lhe deram o fel. A paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despidos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio. Só lhe faltava à cruz para a inteira e perfeita semelhança o nome de engenho; mas este mesmo lhe deu Cristo não com outro senão com o próprio vocábulo. Torcular se chama o vosso engenho, ou a vossa cruz, e a de Cristo, por boca do mesmo Cristo, se chamou também torcular: Torcular calcari solus<sup>12</sup>. Em todas as intenções e instrumentos de trabalho parece que não achou o Senhor outro que mais parecido fosse com o seu, que o vosso. A propriedade e energia desta comparação, é porque no instrumento da cruz, e na oficina de toda a paixão, assim como nas outras em que se espreme o sumo dos frutos, assim foi espremido todo o sangue da humanidade sagrada<sup>13</sup>.*

(12) Isaías, LXIII, 3. A Bíblia de Jerusalém verte este passo com a frase: "Sozinho pisei a dorna". Isaías refere-se à cuba onde as uvas eram esmagadas pelos pés dos vinhateiros.

(13) Vieira. *Sermões*. Porto: Lello & Irmão, 1959, vol. IV, tomo 11, pp. 305-6.

No tópico seguinte vem a comparação do engenho com o inferno, e mais particularmente com os vulcões Etna e Vesúvio, de que Antonil se aproveitaria literalmente sem qualquer menção da fonte:

*E que cousa há na confusão deste mundo mais semelhante ao Inferno que qualquer destes vossos engenhos, e tanto mais, quanto de maior fábrica? Por isso foi tão bem recebida aquela breve e discreta definição de quem chamou a um engenho de açúcar doce inferno. E verdadeiramente quem vir na*

*escuridade da noite aquelas fornalhas tremendas perpetuamente ardentes: as labaredas que estão saindo a borbotões de cada uma pelas duas bocas, ou ventas, por onde respiram o incêndio: os etíopes, ou ciclopes banhados em suor tão negros como robustos que subministram a grossa e dura matéria ao fogo, e os forçados com que o revolvem e atijam; as caldeiras ou lagos ferventes com os cachões sempre batidos e rebatidos, já vomitando escumas, exalando nuvens de vapores mais de calor, que de fumo, e tornando-os a chover para outra vez os exalar: o ruído das rodas, das cadeias, da gente toda da cor da mesma noite, trabalhando vivamente, e gemendo tudo ao mesmo tempo sem momento de tréguas, nem de descanso: quem vir enfim toda a máquina e aparato confuso e estrondoso daquela babilônia, não poderá duvidar, ainda que tenha visto Etnas e Vesúvios, que é uma semelhança de Inferno*<sup>14</sup>.

(14) Idem., p. 312. Conservamos a pontuação desta edição.

Antonil, descrevendo as fornalhas, chama-lhes "bocas verdadeiramente tragadoras de matos, cárcere de fogo e fumo perpétuo e viva imagem dos vulcões, Vesúvios e Etnas [repere-se o mesmo uso do plural], e quase disse, do Purgatório ou do Inferno."

Há, porém, uma diferença significativa na relação que ambos estabelecem entre o fogo e o escravo. Vieira nos pinta homens válidos, robustos "etíopes", ciclopes banhados em suor exercendo vigorosamente a força dos seus músculos e a habilidade das suas mãos: "subministram a grossa e dura matéria ao fogo, e em forçados com que o revolvem e atijam".

Antonil amontoa junto às fornalhas pretos sifilíticos, "os escravos boubentos e os que têm corrimentos, obrigados a esta penosa existência para purgarem com suor violento os humores gálicos de que têm cheios os seus corpos". E, ao lado dos escrofulosos, aponta à execração os facínoras presos em grossas correntes, que lá estão cumprindo pena de trabalhos forçados pela sua "extraordinária maldade, com pouca ou nenhuma esperança de emenda".

Mas ao contemplar o caldo de cana fervido, com que lástima o vê borrifado com decoada pelos negros! Como deplora que a sua espuma sirva à diversão de escravos pinguços! Na hora da purga, "até as escravas lhe botam, sobre o barro sujo, a lavagem", e não só uma, muitas vezes, as pretas lhe batem afrontosamente na cara. Quando o açúcar sai, já branco, das formas, outras mulheres com requintes de crueldade lhe cortam os pés com facas. Nos balcões escravos ferozes e vingativos, "gente sentida e enfadada do muito que trabalhou", partem-no, espedaçando-o, arrastando-o e pisando-o sob "os pés dos negros sem compaixão". Se a mercadoria tem inimigos, estes são os operários que nela desafogam os seus rancores...

São as coisas a fazer e por vender que interessam a Antonil. O componente fetichista da mente mercantil vem ao primeiro plano no seu discurso e aparece quase em estado puro.

O século XVIII, que com ele desponta, será racionalista e prestará culto à utilidade como bem supremo: não por acaso começa entre nós com a *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* e termina com as obras escravistas de um bispo avesso às tradições jesuíticas, o abastado senhor de

engenho José Joaquim da Cunha d'Azeredo Coutinho que vira rebrotar nos seus Campos dos Goitacás a lavra das canas em crise desde os tempos de Antonil. De um ao outro, no arco de uma centúria, já não se ouvirão sequer os ecos dos clamores missionários de Vieira ainda penetrados dos ideais universalistas que enformaram o Direito Natural das Gentes.

Aquele sonho salvífico e ecumênico, desejoso não só dos braços mas das almas dos novos gentios, parece ter-se esvaído para sempre na vigília do nosso primeiro economista a quem só comoviam as lágrimas da mercadoria.

*Roma, 1986 – São Paulo, 1989.*

Palavras-chave:

Antonil -João Antônio Andreoni; Antônio Vieira; jesuítas; escravidão; cana-de-açúcar; engenho; mercadoria.

Keywords:

Antonil - João Antônio Andreoni; Antônio Vieira; jesuits; slavery; sugar cane; sugar mill; commodity.

Alfredo Bosi é professor de Literatura Brasileira do Departamento de Letras da FFLCH da USP. Já publicou nesta revista "Vieira, ou a cruz da desigualdade" (Nº 25).

---

Novos Estudos  
CEBRAP

Nº 33, julho 1992  
pp.43-63

---